

REDE DE ENSINO DOCTUM
FACULDADES DOCTUM DA SERRA

INCLUSÃO ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

FRANCIELY OLIVEIRA DA SILVA
HÉRICA CAMPELO DO NASCIMENTO
MIGUEL HENRIQUE SOARES

Resumo: *Neste projeto de pesquisa falaremos sobre a inclusão escolar para crianças com síndrome de Down. Com o objetivo de investigar as dificuldades dos pais desta crianças encontram ao tentar inclui-las em ensino regular, obtendo respostas através de uma entrevista com pais destas crianças. Relatar através desta entrevista a adequação da criança ao meio escolar, que é seu por direito e de extrema importância para sua educação e seu desenvolvimento.*

Palavras chave: Inclusão escolar, criança, família, síndrome de Down.

Abstract: *In this research project we will talk about school inclusion for children with Down syndrome. Aiming to investigate the difficulties of the parents of these children find when trying to include them in regular education, obtaining answers through an interview with parents of these children. To report through this interview the adequacy of the child to the school environment, which is his by right and extremely important for his education and development.*

Key words: School inclusion, child, family, Down syndrome.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar para crianças com necessidades educacionais especiais é um tema de grande relevância e vem ganhando espaço cada vez maior em debates e discussões que explicitam a necessidade das escolas atenderem às diferenças intrínsecas à condição humana.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, art. 208, inciso III o Plano Decenal de Educação para todos, 1993 – 2003 (MEC, 1993) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 1999) são exemplos de documentos que defendem e asseguram o direito de todos à educação. Segundo esses documentos, todas as crianças devem ser acolhidas pela escola, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais. No Brasil, o fracasso escolar ainda geram elevados índices negativos e segue afetando os alunos das classes menos favorecidas, antes se pontuava esse fracasso pela repetência e pelos altos índices de evasão, no momento atual ela resulta por intermédio da baixa ou não aprendizagem. A Declaração de Salamanca é utilizada atualmente como um suporte pedagógico, pois apresenta linhas de ação que visam a garantia de igualdade de oportunidades e, assim deste modo, contribui para a efetivação do processo inclusivo (GUEBERT, 2007). Porém, segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), “considera-se público-alvo da Educação Especial os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”. Compreendo a educação especial enquanto uma abordagem de conhecimento e ensino que não se limita no abranger aos processos de “inclusão escolar”, contudo quando se direciona a esse termo quase que automático faz remeter um sinônimo de inclusão de alunos, pois estamos nos reportando a educação, aqueles que são exclusivamente e somente destinados à educação especial, como se apenas esses fossem os únicos excluídos da escolarização formal de ensino.

A síndrome de Down é considerada um transtorno do desenvolvimento, tratando-se de uma desordem cromossômica, a trissomia do cromossomo 21, ou seja, a presença de três cromossomos 21, resultado de uma má disjunção meiótica. Esta ocorrência genética é de 1/750 nascidos vivos, tendo como fator de risco preponderante a idade materna acima de 35 anos (CAPONE, 2004).

A identificação dos sujeitos afetados já ao nascimento possibilita a intervenção precoce, estendida a todos os familiares envolvidos (REIMAND et. al., 2003).

Quanto à saúde, o bebê ao nascer com síndrome de Down pode ter cardiopatia congênita, distúrbios da tireoide, problemas respiratórios, problemas neurológicos, hipotonia, problemas de audição, problemas de visão, alterações na coluna cervical, obesidade e envelhecimento precoce. Quanto ao físico, além da obesidade, apresentam-se olhos amendoados, cabelos finos e lisos, o nariz achatado entre outras características. Nem todas as crianças apresentam todas estas características e nem no mesmo grau de intensidade. A criança com essa síndrome utiliza comportamentos repetitivos e estereotipados, como o comportamento exploratório, impulsivo e desorganizado, dificultando um conhecimento consistente do ambiente (VOIVODIC; STORER, 2002).

É importante evidenciar uma intervenção multidisciplinar, principalmente com os profissionais fonoaudiólogos e psicólogos, a fim de minimizar os efeitos e limitações das alterações causadas pela síndrome. Segundo Voivodic e Storer (2002), desde os primeiros meses, a criança com síndrome de Down tem dificuldade de manter a atenção e de estar alerta aos estímulos externos. Os momentos de estimulação precoce das habilidades motoras em crianças em idade escolar pode fomentar a aquisição de progressos na aprendizagem, melhorando por conseguinte o seu desempenho escolar e social (Anunciação, Costa & Denari, 2015). Síndromes com base genética como a síndrome de Down, estão associadas com manifestações comportamentais específicas, mesmo assim podem apresentar características de desenvolvimento e de comportamentos diferentes.

As atividades motoras são de extrema importância para o desenvolvimento global da criança portadora da Síndrome de Down, pois é descobrindo o mundo através de seu corpo que elas desenvolvem seus potenciais motores e cognitivos. (RIBEIRO et al., 2009, p. 116).

O comprometimento cognitivo influenciará na aprendizagem, por tanto é recomendável no ambiente educacional, a presença de profissionais aptos, disponíveis e atentos contingencialmente para poderem reforçar certos

comportamentos das crianças no contexto acadêmico e social. Tais procedimentos poderão melhor viabilizar a inclusão escolar e social dessas crianças. Conseguimos perceber que na realidade infelizmente ainda existe a crença de que todos os alunos devem se adaptar aos parâmetros de normalidade, enquadrando-se àquilo que é esperado para determinada série, currículo e faixa etária. A aprovação da Lei de Diretrizes Educacionais - LDB (Lei 9394/96) estabeleceu entre outros princípios, o de "igualdade e condições para o acesso e permanência na escola" e adotou nova modalidade de educação para "educandos com necessidades especiais".

É notável que o conceito de inclusão vem gerando controvérsias, a inclusão escolar está relacionado com o acolhimento e oportunidade de acesso aos estudos para todos e qualquer indivíduo independente da suas condições.

Entretanto essa inclusão deve ser feita de forma adequada e qualificada para que esse aluno possa realmente ser incluído no ambiente escolar. Então, a educação inclusiva diferentemente da educação tradicional, na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo onde a escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na instituição, também o seu máximo desenvolvimento. Ou seja, na educação inclusiva uma escola deve estar ao máximo preparada para enfrentar os desafios de oferecer uma educação com qualidade para todos os seus alunos independente de suas condições físicas e sociais. Quando falamos de inclusão social se faz necessário pontuar o território de inserção. Santos (2005) evidencia que há um conflito que vem se agravando entre o que denomina de espaço local, que se traduz em um espaço vivido por todos os vizinhos e um espaço global, que é habitado por um processo que se desenvolve pautado na racionalização e em um conteúdo ideológico de origem distante que chegam a cada lugar com o estabelecimento de normas e objetos para servi-los. Para Fonseca (1987, p. 16) nenhuma razão humana e científica pode afirmar que a melhor educação dos deficientes passa pela separação dos não deficientes.

Porém desde sempre a sociedade vem falhando em sua estrutura para atender pessoas de alguma deficiência, em comunidades carentes esta inclusão é mais precária, mesmo com políticas de integração e normas de educação inclusiva. Ainda sofremos por uma história cultural, antigamente houve uma fase de exclusão onde pessoas com algum tipo de deficiência eram excluídas da sociedade e não se tinha a menor preocupação de como essas pessoas viviam, um verdadeiro caso de

abandono e crueldade. De acordo com (BUSCAGLIA, 1993 apud GORDON, 1974, p. 21):

Enquanto a maior parte das deficiências, é o produto do nascimento e de acidentes, o impacto debilitante na vida das pessoas frequentemente não é resultado tanto da “deficiência” quanto da forma como os outros definem ou tratam os indivíduos. Encarceramos centenas de milhares de pessoas com necessidades especiais em instituições de custódia. Mesmo aqueles afortunados o bastante para receber serviço na comunidade em geral encontram-se em ambiente segregadores [...].

No significado de inclusão a palavra integração é deixada para trás, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos. A meta primordial da inclusão é não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo (WERNECK, 1997, p.52). Hoje em dia esse preconceito foi desconstruído, qualquer pessoa com algum tipo de deficiência seja ela qual for, tem o seu valor, suas habilidades, e tem ganhado seu espaço no meio social. Mas ainda há muito o que lutar, um grande número de escolas não estão preparadas estruturalmente e nem profissionalmente para receber de modo adequado essas crianças. As dúvidas e o desconhecimento incomodam, e geram incertezas sobre os benefícios e as possibilidades dessa tão importante inclusão. A proposta desse tema é de promover e ampliar o conhecimento sobre as dificuldades da inclusão de crianças com síndrome de Down em escolas de ensino regular, pois é um tema pouco discutido, talvez por falta de conhecimento e conseqüente insegurança dos pais.

Pais que desde noticiado o diagnóstico de seus filhos, a maioria ainda na gestação, passam a sofrer angustias, medos, frustrações e muita preocupação. O impacto da notícia de um filho com deficiência gera nos pais sentimento de culpa, frustração, impotência podendo ocasionar doenças como por exemplo a depressão. Há todo um processo de estudo para compreensão de seus próprios sentimentos e conhecimento sobre a síndrome, então a família passa por um ajustamento e logo após este processo inicia-se a fase de aceitação. Um ambiente familiar estável e transmissor, são aspetos importantes que podem contribuir para um aumento do desenvolvimento do indivíduo. A criança com síndrome de Down precisa participar

na vida da família como as outras crianças, deve ser tratada com carinho, respeito, com naturalidade e igualdade de direitos e deveres (Rodrigues, 2008).

MÉTODOS

A metodologia aplicada foi um levantamento de dados considerado exploratória, pois há um levantamento bibliográfico que nos propicia um maior embasamento teórico e posteriormente realizar uma pesquisa de campo. De acordo com GIL (2008), as pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida mediante análise qualitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados.

O objetivo desse estudo foi identificar quais as maiores dificuldades que os pais e/ou responsáveis de crianças com síndrome Down encontram ao tentar incluí-las em escolas de ensino regular. Para atingir os objetivos desta pesquisa foi realizada uma entrevista aberta com três mães de crianças com síndrome de Down de escolas públicas de ensino infantil e médio do município da Serra no Espírito Santo.

No estudo realizado observou-se todos os princípios e preceitos éticos que envolvem pesquisas com seres humanos, considerando o disposto na Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. A entrevista foi precedida pela explicação dos objetivos da pesquisa, leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Como o recomendado por Muchielli, Giglone e Matalon, os protagonistas foram informados dos objetivos da pesquisa, bem como da sua pertinência, e do anonimato das suas declarações (DIAS, 1993).

Como critérios para participação da pesquisa foram considerados: pais e/ou responsáveis por crianças com síndrome de Down que estivessem matriculados em escolas de ensino regular.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Realizamos entrevistas com três mães de criança com síndrome de Down. Identificamos:

Mãe 1 com filha do sexo feminino, com 13 anos de idade, cursando 6^o série do ensino fundamental.

Mãe 2

com filha do sexo feminino, com 09 anos de idade, cursando 4^o série do ensino fundamental.

Mãe

3 com filho do sexo masculino, com 20 anos de idade, cursando 3^o ano do ensino médio.

Todos estão matriculados na escola de ensino regular. A mãe 1 relata não ter tido dificuldade para matricular sua filha, apenas chegou na escola com todos os documentos e a matriculou, a mãe 2, apesar de não ter tido dificuldade para matricular na escola que hoje sua filha estuda, queria que a mesma estudasse na escola do bairro vizinho, mas por não ser moradora do bairro, não pôde. Porém ressaltou o medo de matricular sua filha na escola e ela se sentir rejeitada, diferente e pudesse sofrer bullying, ocasionando um tardio em sua busca a escola. As duas mães deixaram claro ter conhecimento que os estudos é um direito de suas filhas. A mãe 3 disse que só conseguiu matricular seu filho no ensino fundamental na segunda escola procurada, na primeira não tinha vaga, ao chegar nesta segunda escola apesar de ter sentido um certo preconceito ao falar da condição de seu filho, o matriculou mesmo assim. Todos os critérios de busca das mães pelas escolas foram das mesmas estarem próximas de suas respectivas casas.

A mãe 1 diz não ter uma relação com a escola, a mãe 2 relata boa relação, conversa com os professores, diretores, presenciou toda a recepção de sua filha, e demonstrou-se bem satisfeita. Já a mãe 3 disse não ser nem tão presente, nem tão ausente, *“logo porque praticamente deixamos ele lá e só voltamos para buscar, mas vou nas reuniões.”*

O ambiente acolhedor da família possibilita para a criança potencializar suas qualidades. É fundamental no processo de desenvolvimento a família e a escola que tem um papel importante nesse processo acreditarem no potencial dessa criança, e assim explorar a capacidade dos mesmos de ser e fazer o que quiserem, respeitando o seu tempo para se desenvolver, mas observando suas potencialidades. A educação da criança é uma atividade complexa, pois exige adaptações de ordem curricular que requerem cuidadoso acompanhamento dos educadores e pais (SCHWARTZMAN, 1999, p. 233).

Notamos que a criança está passível a uma grande gama de estímulos oferecidos pelo ambiente escolar, assim ter um ambiente diversificado ao seu redor gera ganhos, permitindo aquele indivíduo reorganizar a conjuntura cerebral, essa convivência entre crianças com desenvolvimento típicos e atípicos proporciona benefícios para ambos.

Quanto a estrutura da escola, a mãe 1 diz que é boa, mas deixa a desejar e comenta sobre não ter condições financeiras para pagar uma escola particular. A mãe 2 diz que é *‘mais ou menos, tem tudo que a escola precisa ter, mas precisa se atualizar’*. De acordo com a mãe 3 *“A estrutura física em si é boa, normal, como por exemplo, a escola onde ele estudou o ensino fundamental tinha muitos brinquedos, que são bons pra eles, só que não eram bem aproveitados, entendo que são muitos alunos, mas a educação é um direito dele, então devia ter mais professores pra auxiliar.*

Sobre os professores todas as mães demonstraram insatisfação quanto suas qualificações, a mãe 2 os elogiaram por ser bons, gentis e carinhosos, inclusive a estagiaria. A mãe 3 acrescentou dizendo: “eles não sabem o que fazer com a criança, só vão passando pra serie seguinte com aqueles tarefas de bebê, que é só pintar, ligar ponto, o que ele aprendeu foi comigo em casa e na APAE”.

A APAE (Associação de Pais e Amigos Excepcionais) é uma organização social, com o objetivo principal de promover saúde integral à pessoa com deficiência, esta associação presta serviços de educação, saúde e assistência social.

A mãe 1 também citou a APAE, dizendo que a melhora no desenvolvimento de sua filha não foi pela escola e sim pela instituição, *“lá ela se sente inclusa, eles trabalham diante da condição dela”*. A mãe 2 também disse que não houve melhora no desenvolvimento de sua filha e que a escola só vai passando de ano, porque não pode reprovar, mas ressalta que sua filha é muito preguiçosa e desinteressada. Como afirma Motta (2009): “Embora, de modo geral, sejam sociáveis e muito carinhosas, algumas, eventualmente, são tão desagradáveis quanto qualquer criança normal pode ser, em determinados momentos”.

Conforme relatado pelas mães, elas não tiveram dificuldades de matricular seus filhos em escolas de ensino regular, com isso percebemos que o direito da criança a educação está sendo efetuada como previsto na lei. O que não significa que a inclusão realmente esteja ocorrendo. Durante o percurso educativo deve existir um

aumento progressivo, competindo a cada etapa a função de complementar a etapa anterior, numa perspectiva de continuidade da aprendizagem e adequando-se as necessidades educacionais especiais (NEE). Logo a qualidade de ensino é um fator de extrema importância para um melhor desenvolvimento da criança, percebemos nas falas das mães seu conhecimento sobre o quanto a falta de profissionais qualificados são prejudiciais no seu desempenho escolar. A inclusão escolar não ocorre somente no primeiro ano em que as crianças foram inseridas e sim, a cada ano que as mesmas são transferidas para outra classe ou escola.

Os pais que de fato presenciam a atuação dos profissionais nas escolas e reafirmam que os mesmos não estão preparados para realizar o acolhimento necessário, tornando mais difícil a segurança e confiabilidade na instituição.

Torna-se urgente e fundamental que as escolas elaborem os seus projetos educativos, fazendo adaptações ao processo ensino/aprendizagem, de forma a responderem corretamente a estas necessidades tão específicas, tendo em conta de que cada caso é um caso, elaborando um currículo diferente e adequado aos alunos com NEE, operacionalizando um Programa Educativo Individual (PEI), centrado na aquisição e no desenvolvimento das capacidades de cada um. Assim se possibilitará a igualdade de todos, quer no acesso, quer no resultado (Rodrigues, 2008).

Com isso seria muito interessante que as escolas e os profissionais tenham mais contato, instrução, aprendizado sobre como trabalhar com crianças com esta síndrome, pois assim facilitaria a relação, contato que deve existir e desmistificar os tabus existentes pela sociedade e até mesmo por profissionais da área da educação, não sendo mais um fato novo para nenhum dos educadores e demais membros da escola quando estes a recebessem.

Mesmo quando crianças com síndrome de Down forem bem recebidas nas escolas, não podemos fazer vista grossa no que diz sobre a deficiência dos profissionais na recepção e estruturação dos mesmos.

É notável que a maiorias dos estudos apontam o professor como peça-chave na prática da educação inclusiva, é necessário ressaltar a importância do apoio ao professor, e que o mesmo possa contar com um trabalho articulado entre escola e família.

Conforme o objetivo proposto pela pesquisa deste artigo de investigar as possíveis dificuldades que pais de crianças com síndrome de Down encontram ao tentar incluí-las no ensino regular, foi verificado através das entrevistas realizadas que as mães não tiveram empecilhos ao matricular seus filhos nas escolas, vale ressaltar a diferença entre crianças frequentando a escola e crianças inclusas na escola.

Quanto a organização da escola no que se refere a estrutura as mães apontaram como não sendo as melhores, porém não é algo preponderante para a inclusão, uma observação integrante, foi na fala em que a mãe relatou sobre a má utilização dos instrumentos existentes nas instituições.

Com relação a atuação docente percebe-se pelo relato das mães, unanimidade quanto a desqualificação dos envolvidos no ensino. Os educadores precisam estar pronto para receber crianças com deficiência e lidar com todas diferenças existente na aprendizagem de qualquer criança, repassar seus conhecimentos de maneira criativa e prazerosa. Cabe a ele buscar especializações entre outras formas de se tornar apto na educação e ao governo facilitar e possibilitar estes meios de qualificação. Compete aos profissionais envolvidos descobrir meios que favoreçam não só a aprendizagem como a interação total do aluno com a escola como um todo. No relato da mães percebemos que a não qualificação dos professores é um obstáculo e uma preocupação, pois a inclusão não ocorre ou acontece de forma inadequada.

Constatamos que o desenvolvimento na aprendizagem é bem lenta, não somente por conta da síndrome, como dito por Piaget (1974) "... os indivíduos nascem apenas com potencialidades (capacidade inata) a capacidade de aprender. Assim, todo conhecimento e todo o desenvolvimento da criança depende de exposição ao meio e dos estímulos advindos deste", mas também pela inclusão deficiente. E a aprendizagem se constrói pelo processo de interação, as relações com outros indivíduos e o meio em que se está inserido são fatores determinantes. Segundo Petean e Borges (2002), "a participação da família promove o desenvolvimento da criança e atua como agente mediador entre a escola e o meio social".

É notável que apesar dos pais quererem essa importante inclusão, eles apresentam ter dificuldades de promover a autonomia e independência deles, ressalto que o maior empecilho é o medo do preconceito. Segundo Regen e colaboradores (1994), as atitudes preconceituosas para com as deficiências ocorrem nas diversas camadas sociais. Então para que a inclusão aconteça é necessário cessar o

preconceito. Somente após tomada de consciência e da importância da transformação do nosso comportamento na diferentes áreas da vida principalmente na área da saúde e educação haver mudanças positivas para igualdade dos direitos humanos.

Incluir significa oportunizar e habilitar essas crianças a realizarem todas as suas potencialidades, minimizando as inferioridades resultantes de suas dificuldades, de sua deficiência, incluir significa olhar para o indivíduo e não para sua deficiência.

A pessoa com deficiência aponta e promove valores, a todos nós, que fazem a sociedade mais digna de se chamar humana (Rodrigues, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante inúmeros questionamentos e barreiras encontradas, podemos dar o braço a torcer e reconhecer que sobre essa temática de inclusão escolar conseguimos caminhar muito por este tão mencionado assunto, a ponto de agregar socialmente com a imposição histórica que existe, quando se trata de pessoas com deficiência. Mas em contrapartida existem muitas ações que ainda deixam a desejar, fazendo com que o respeito com a diversidade fique abalado.

Como somos persuadidos por uma gama grande da mídia e a cada dia cresce cada vez mais, dá-se a entender que estamos harmoniosos com esse público e que diversidade seria algo do passado, gerando um sentimento de normalidade e não de singularidade a qual todo indivíduo deve ser considerado e visto, tendo ou não sua peculiaridade.

Neste estudo podemos notar pela fala das mães entrevistadas como anda a percepção e entendimento das mesmas quanto ao assunto, como elas se sentem ao deixar seus filhos com síndrome de Down nas instituições e o que trouxe de melhora ou crescimento para seu filho.

Tivemos mães que elogiaram a estrutura quanto física e a disposição de matérias acadêmicas para utilização dentro da sala de aula, assim como tivemos mães que viram do mesmo modo porém criticando, alegando que não são bem trabalhados junto aos alunos, deixando a estrutura a desejar como relata a mãe 1. Quanto a matricular seus filhos não houveram problema, conseguiram realizando todo processo normal, a mãe 2 comentou que há uma preocupação da sua filha sofrer algum tipo de preconceito ou próprio bullying e a mãe 3 sentiu um desconforto ao

falar sobre seu filho e suas particularidades, mas não impossibilitando a sua matrícula. Encontramos mães que possuem uma boa relação com a escola, sabem quem são os profissionais que atuam dentro dela e mãe como a 3 que não tem essa relação tão efetiva.

Um ponto interessante a se ressaltar é a análise realizada por elas quanto aos profissionais que atuam nas instituições, constataram por si só que os mesmos não estão preparados para receberem essas crianças, a falta de instrução é grande, tornando a inclusão um ato mais difícil. Pôde-se notar que quem de fato contribuiu para o aprendizado foram as próprias mães ao reforçar os estudos em casa, junto ao acompanhamento da APAE, instituição que busca promover atenção integral ao indivíduo com alguma deficiência.

Não há como não relacionar a inclusão com o papel da escola, sendo ela fundamental nesse processo, este ambiente precisa ser construído da melhor forma possível em vários aspectos, quanto ao conhecimento, a discriminação, segurança e confiabilidade por parte dos pais, capacitação do profissionais e outros, com isso exige um trabalhar muito grande de todos para que de fato esse ambiente seja viável para qualquer indivíduo, proporcionando uma construção pessoal e profissional. Gerar crescimento e aprendizado junto à programas educacionais que venha aparecer, permitindo uma potencialização mínima que seja ao nosso olhar e enorme para eles.

Para firmar o que escrevemos acima, há um pequeno trecho na Declaração de Salamanca que valida esse ponto.

Cada criança tem características, interesses, capacidades de aprendizagem que lhe são próprios; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades. (Declaração de Salamanca, 1994).

A mediação escolar atribui de forma significativa a inclusão de alunos com deficiências, essa parceria entre escola, família e sociedade contribui para o desenvolvimento da criança, além de enriquecer e qualificar o ensino.

Pois atualmente encontramos pessoas com síndrome de Down ocupando o mercado de trabalho, fazendo faculdade, casados, praticando esportes e entre outros, e esse processo de interação com o outro começa-se na escola, sendo a inclusão a peça chave para esse desenvolvimento.

Se podemos dizer que o ensino primário está apenas dando os primeiros passos no Brasil, com isso podemos deduzir que o ensino médio e o superior terão que dar grandes saltos para a inovação e padronização.

Os alunos com Síndrome de Down através da nossa perspectiva estão avançando em suas conquistas e conseguindo apossar-se dos seus espaços, deixando evidente para a educação, escola e até as universidades que elas precisam se ajustar para essa realidade palpável e não mais utópica.

REFERÊNCIAS

ANUNCIAÇÃO, M.R., Costa, M.P.R. & Denari, F.E. (2015). **Educação Infantil e Práticas Pedagógicas para o Aluno com Síndrome de Down: o Enfoque no Desenvolvimento Motor**. Revista Brasileira de Educação Especial. 21(2), 229-244.

BRASIL, a Constituição Federal de 1988, art. 208, inciso III (Brasil 1988), o Plano Decenal de Educação para todos, 1993 – 2003 (MEC, 1993) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC,1999).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2018.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e Seus Pais**. Tradução: Raquel Mendes. 2.Ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.

CAPONE, G. T. **Down Syndrome Genetic Insights and thoughts on early intervention. Infants Young Child**, Estados Unidos, v. 17, n. 1, p.45-58, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466** Pesquisa em Seres Humanos. Brasília. CNS, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.

DIAS, M. G. B. B. (1993). **O desenvolvimento do conhecimento da criança sobre a mente**. Psicologia, Teoria e Pesquisa, 9, 587-600.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEBERT, Mirian C. C. **Inclusão: uma realidade em discussão**. 2 ed. Curitiba: IBPEX, 2007.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018

MOTTA, Paulo Armando. **Genética humana: aplicada a psicologia e toda a área biomédica**. 2º ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

PETEAN, E. B. L. e BORGES, C. D. (2002). **Deficiência auditiva: escolarização e aprendizagem de língua de sinais na opinião das mães**. Paidéia (Ribeirão Preto), vol.12, n.24, p.195-204.

PIAGET, J. e GRECO, P. **Aprendizagem e conhecimento**. São Paulo: Freitas Bastos, 1974

REGEN, M.; ARDORE, M.; HOFFMANN, V.M.B., **Mães e filhos especiais: Relato de experiência com grupos de mães de crianças com deficiência**. Brasília: Corde, 1994.

REIMAND, T.; UNIBO, O.; ZORDA, R.; PALMISTE, V.; OUNAP, K.; TALVIK, T. **Parents satisfaction with Medical and social assistance provided to children with Down syndrome: experience in Estonia**. Community Genet, Suíça, v. 6, n.3, p.166-170, 2003.

RIBEIRO, Carla Trevisan M. et al. **Perfil do atendimento fisioterapêutico na Síndrome de Down em algumas instituições do município do Rio de Janeiro**. Neurociências, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 114-119, jun. 2007

Rodrigues, A. C. (2008). **A importância da representação dos irmãos perante a criança com espectro do autismo**. Tese de doutoramento não publicada. Universidade de Málaga, Espanha.

SALAMANCA. **Conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Salamanca: UNESCO, 1994

SANTOS, C. R. (et. al.) **Avaliação Educacional: um olhar reflexivo sobre sua prática**. E vários autores, São Paulo: Editora Avercamp, 2005.

SCHWARTZMAN, J. S. (org.). **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie: Memmon, 1999.

VOIVODIC, Maria Antonieta M. A.; STORER, Márcia Regina de Souza. **O desenvolvimento cognitivo das crianças com Síndrome de Down à luz das relações familiares**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S151636872002000200004&script=sci_art_text>. Acesso em: 10 agosto. 2018.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro:WVA,1997.